

Alternância da vogal fria com a vogal zero em núcleos pretónicos*

O. A fonologia universal capta as características comuns das línguas naturais e apresenta um suporte teórico constituído por princípios universais que nos permite explicar processos fonológicos de grande alcance, como seja a alternância de uma vogal fria (v_Q) com uma vogal zero (Ø). As noções de "Proper Government" e de "Empty Category Principle" (ECP), nela desenvolvidos, têm-se revelado cruciais nas discussões fonológicas que envolvem estes processos.

O "Proper Government" é um tipo de regência que actua a nível das projecções nucleares, e cujo papel preponderante é o de licenciar posições nucleares vazias sempre e quando se observe a condição de "Locality"; isto é, se e somente se os núcleos envolvidos nesse tipo de governo forem adjacentes nas suas projecções, como observa Charette (1987).

São ainda condições necessárias para que o "Proper Government" aja, que o núcleo governante não seja ele próprio um núcleo licenciado e que, na sua deslocação não cruze zonas de governo como, por exemplo, a que se forma entre a consoante de uma rima e o ataque à sua direita (cf. Kaye, Lowenstamm e Vergnaud 1987).

Resta acrescentar que o "Proper Government" é direccional estando a sua direccionalidade sujeita a variações paramétricas. Assim sendo, cabe-nos a tarefa de determinar qual a sua direcção na língua portuguesa.

A língua portuguesa, e em particular a variedade "standard", constitui um modelo singular de frequentes omissões vocálicas e de núcleos vazios. É por essa razão que julgamos importante a discussão desse tema e nos propomos abordá-lo na nossa comunicação. Baseando-nos nos princípios da fonologia "Government Based" (Gb), justificaremos os parâmetros e as restrições que condicionam a distribuição dos núcleos vazios e demonstraremos a direcção do "Proper Government" na nossa língua.

No entanto, antes de entrarmos nesse tema propriamente, apresentaremos as estruturas silábicas do português para facilitar as discussões que se lhes seguem.

* Previamente à leitura do presente artigo recomendamos a leitura de " do professor Jonathan Kaye editado neste mesmo volume.

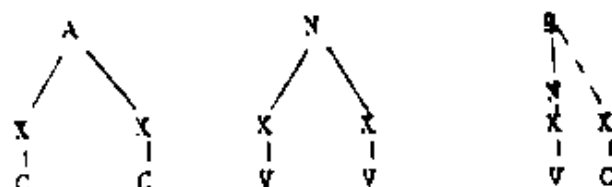
1 - Os constituintes silábicos da língua portuguesa.

No inventário silábico do português encontramos os três constituintes silábicos propostos na teoria silábica universal-ataque, núcleo e rima, sendo cada um deles ramificável, ou seja, capaz de ligar-se a dois pontos esqueléticos. É por isso que os arranjos silábicos na língua portuguesa esgotam quase por completo as possibilidades de organização silábica encontrada nas línguas, sendo idênticos aos padrões universais propostos na teoria do governo silábico e do "charme" de KLV (1985). Observe-se a sua configuração em (1).

(1) a) Constituintes simples

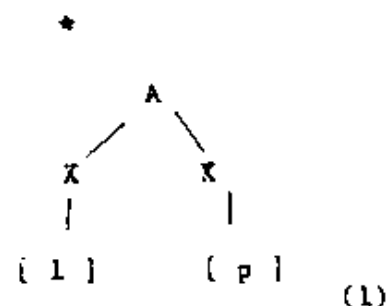


b) Constituintes ramificados



{p} {l}

c)



O governo, nas posições esqueléticas adjacentes é assimétrico. No exemplo do ataque ramificado em (1.b), se p governa l, l não governa p. Isto porque entre as duas consoantes terá que existir uma relação de "charme" que permita o governo entre elas. Um ataque ramificado como o que exemplificamos em c) seria mal formado porque, no interior de um constituinte silábico ramificado, a cabeça fica em posição inicial e governa a posição esquelética que lhe fica adjacente. É em c) o "charme" de l não lhe confere propriedades de governante.

(1) - Reservamos a proposta de um quarto constituinte formado pela ramificação unilateral do núcleo, para o caso de nos ser possível confirmá-lo.

No caso dos núcleos, o seu arranjo interno está sujeito aos mesmos princípios de organização e de governo que vimos para o ataque (cf. KLV 1987).

A rima, por seu turno, tem capacidade de englobar simultaneamente uma vogal e uma consoante, sempre e quando essa consoante se encontra à direita da vogal e possui as condições de "charme" que permitem esta simbiose.

Cabe-nos ainda observar que tanto o ataque como o núcleo são constituintes que podem ligar-se a posições vazias. Por ora, a nossa atenção dirige-se apenas para os núcleos vazios pretónicos.

2 - Os núcleos vazios

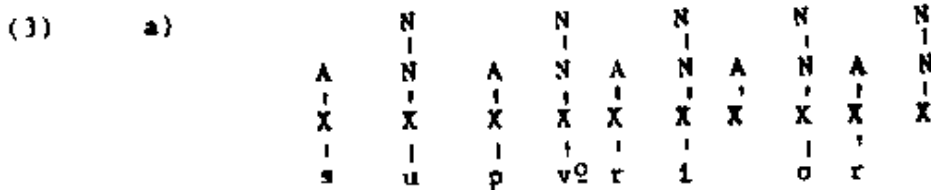
Nas representações lexicais do português, deparamo-nos constantemente com exemplos de palavras contendo núcleos vazios. Se escutarmos com extremo cuidado a maneira como as pessoas falam, veremos que um grande número de vogais não se produzem, são zero, e que outras se realizam apenas no som [ə], a nossa vogal fria (v⁰).

Uma segunda observação destes núcleos revela-nos que eles não estão distribuídos arbitrariamente e que existe uma relação silábica que se mantém através de todo o léxico.

Observemos os exemplos de (2)

(2)	a)	superior	b)	basugo
		diferente		beleza
		pastelaria		pessoa
		categoria		verão

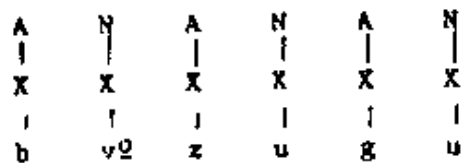
Em todos os exemplos de (2) existe uma vogal que não tem qualquer interpretação fonética, é zero. Sabemos pelo "Empty Category Principle" que, para que um núcleo se desprenda do seu valor fonético é necessário que o mesmo receba "Proper Government" a partir de um núcleo adjacente na projecção dos núcleos. Mas, como a direccionalidade do "Proper Government" é escolha de cada língua, ignoramos à partida qual a direcção que ele toma em português. Analisemos, por exemplo, a palavra "superior" em (j.s)...



Projectados os núcleos desta palavra, observamos que existem dois núcleos adjacentes ao núcleo vazio: o núcleo que lhe fica imediatamente à direita e o núcleo que lhe fica imediatamente à esquerda na projecção. Como ambos têm recheio fonético, ambos se encontram em condições de governar o núcleo vazio. Porém, ao não conhecermos a direcção do "Proper Government" em português, é-nos impossível saber qual destes núcleos é que o governa.

Proponho agora que façamos a análise silábica da palavra "besugo", por exemplo. Esta palavra não tem qualquer núcleo à esquerda do núcleo vazio, o que nos permite visualizar a origem do governo.

b)



c)



Com a projecção dos núcleos em (3.c), observamos que o núcleo adjacente ao núcleo vazio na projecção é o que lhe fica imediatamente à direita. Daí se conclui que o núcleo da direita é o governante e que o "Proper Government" em português actua da direita para a esquerda, como está representado em (3.c).

Fica assim justificada a pronúncia [bzúgu], tal como os falantes do português correntemente a produzem.

Os restantes exemplos de (2) têm a mesma explicação.

Vejamos agora a actuação do "Proper Government" em palavras que contêm dois ou mais núcleos vazios.

Observem-se os exemplos de (4)

(4)

telefone
 serenar
 Fevereiro
 apetecer
 penetrar
 pelajar

Como já foi referido, tanto as omissões como as alternâncias vocálicas não são aleatórias. Antes pelo contrário, elas estão condicionadas por princípios universais. Repare-se que nos exemplos de (4) existem dois núcleos vazios em posição pré-tónica mas que só o da direita (sublinhado nos exemplos) se apresenta esvaziado sucessivamente.

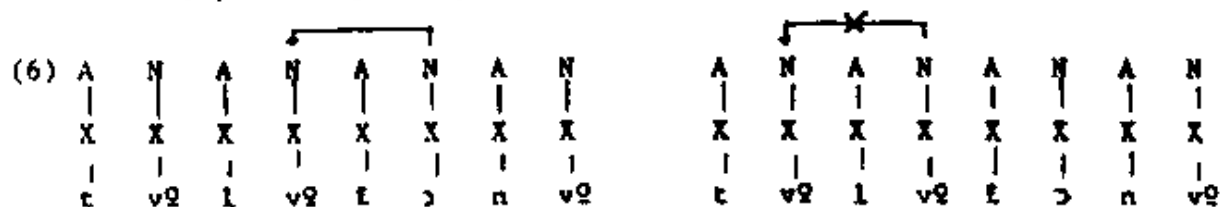
Se fizermos uma experiência e trocarmos a vogal zero pela vogal fria nos exemplos de (4), teremos como resultado palavras inaceitáveis foneticamente, como exemplificamos em (5).

(5)

* telefone.
 * serenar
 * Fvereiro
 * aptecer
 * pnetrar
 * piejar

Como explicar este comportamento fonológico do português?

Analisemos, por exemplo a palavra "telefone"



Neste exemplo existem dois núcleos vazios à esquerda do núcleo acentuado. Sabendo, como já foi demonstrado que o "Proper Government" actua da direita para a esquerda, o núcleo em condição de governar o núcleo vazio neste caso é o núcleo acentuado. Ao fazê-lo, a vogal do núcleo governado deixa de ser pronunciada. Este núcleo é agora adjacente ao núcleo vazio da sua esquerda. Mas o facto de o primeiro se encontrar vazio fon-

ticamente impede-o de governar o seu vizinho. Esta incapacidade faz com que o segundo núcleo adquira a vogal fria [ə] e assim se estabelecem as relações de governo.

A não aceitação dos exemplos de (5) tem a explicação seguinte: o "Proper Government" actua em núcleos adjacentes nas suas projecções e apenas nestes núcleos. É por isso que qualquer violação da "Adjacency" dá como resultado palavras inaceitáveis foneticamente. Justificamos assim a pronúncia das palavras de (4) e excluimos a que indicamos em (5).

4 - Restrições à actuação do "Proper Government". Como fica estipulado nos princípios que regem o "Proper Government", uma posição α governa com "Proper Government" uma posição β se e somente se nenhuma zona de governo separar α de β .

• É exactamente essa restrição que faz com que a vogal fria se pronuncie nos exemplos de (7).

(7)
 vertical
 maternal
 permitir
 cerveja
 ternura
 internacional
 bermuda

Se analisarmos a palavra "vertical", por exemplo, veremos que a vogal fria se encontra sob a alçada de uma rima. A consoante da rima estabelece com a consoante do ataque à sua direita numa relação de governo trans-constituente. As consoantes [rt] formam entre si uma zona de governo.

Para que o "Proper Government" atingisse o núcleo vazio da rima teria necessariamente que atravessar esta zona de governo. Porém, tal actuação está à partida bloqueada dando como consequência a realização fonética da vogal da rima. Observa-se a aplicação no exemplo de (8).

(8)

		R	A	N	A	N	A	
								N
A	N							
X	X	X	X	X	X	X	X	X
V	v ^o	r	t	l	k	a	l	

Uma outra impossibilidade à implantação de um núcleo vazio está na ligação desse núcleo com um ataque ramificado para efeitos de licenciamento do ataque.

Repare-se nos exemplos de (9)

(9)

preguiça
clerical
tremoço
abreviar
entrevista

Nestas palavras existe um núcleo vazio à direita do ataque ramificado, como podemos observar na descrição silábica da palavra "preguiça".

(10)



O núcleo adjacente na sua projecção ao núcleo vazio é um núcleo preenchido foneticamente e, naturalmente, com capacidade de governar o núcleo vazio. Por quê, então, a presença da vogal fria neste núcleo? O facto é que, embora se observem as condições para a actuação do "Proper Government" nestes exemplos, a presença da vogal no núcleo que antecede qualquer ataque ramificado é obrigatória para efeitos de "Licencing".

A este núcleo cabe-lhe o papel de licenciar a primeira consoante do ataque ramificado para que este possa governar a consoante à sua direita. Nestes casos fica anulada a acção do "Proper Government" por razões de ordem silábica.

5. Conclusão

Embora as línguas naturais se apresentem com uma diversidade fonológica aparente, existe entre elas um denominador comum que pode ser captado numa fonologia de tipo universal. É neste contexto que a Fonologia do Português é passível de ser analisada com base na Fonologia Universal. Mas é na Fonologia Específica do Português que procuramos determinar os parâmetros e as restrições que lhe são próprios e que lhe conferem a sua individualidade.

REFERÊNCIAS

- Charette, M. (1987) "The Minimality Condition in Phonology" 11ª Conferência GLOW, Veneza.
- Kay, J. e J. Lowenstamm, e J.-R. Vergnaud (1985) "The Internal Structure of Phonological Elements. A theory of Charm and Government", Phonology Year book 2, Even e Anderson (eds), Cambridge University Press, pp.305-328.
- Kaye, J.J. Lowenstamm e J.-R. Vergnaud (1987). Constituent Structure and Government in Phonology ms. SOAS, UQAM and University of Maryland.